

**FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE  
TOLEDO”**

FACULDADE DE DIREITO DE PRESIDENTE PRUDENTE

**O DIREITO À FILIAÇÃO E O INSTITUTO DA COISA JULGADA**

Fernanda Martins Silva

Presidente Prudente/SP  
2005

# **FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

**FACULDADE DE DIREITO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

## **O DIREITO À FILIAÇÃO E O INSTITUTO DA COISA JULGADA**

Fernanda Martins Silva

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do Grau de Bacharel em Direito, sob orientação do Prof. Silas Silva Santos.

Presidente Prudente/SP  
2005

## **O DIREITO À FILIAÇÃO E O INSTITUTO DA COISA JULGADA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
como requisito parcial para obtenção do  
Grau de Bacharel em Direito

---

Silas Silva Santos

---

Jefferson Fernandes Negri

---

Leonardo Martins Silva

Presidente Prudente/SP, 25 de novembro de 2005

Dedico esta monografia à minha família, sustentáculo de todos os momentos, porque não há conquistas minhas que não sejam, também, destas pessoas com as quais tenho o privilégio de compartilhar a existência: meus pais, Néelson e Célia, e meu irmão, Leonardo.

Que me perdoem os processualistas, que me agasalhe a Constituição Federal e que Deus me proteja e dê coragem para aqui defender o direito imprescritível, indisponível, incondicionado e sobretudo irrestrito de um cidadão ou cidadã deste país acionar o Judiciário para, mesmo que rompendo dogmas, buscar a sua paternidade ou maternidade reais.

Sônia Maria Rabello Doxsey

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo milagre da vida e pela infinita misericórdia com que me tem agraciado todos os dias, permitindo, inclusive a consecução deste trabalho.

Agradeço a meus pais Néelson e Célia, por serem anjos em minha vida, por espelharem amor, dedicação, tolerância, compreensão e por terem abdicado e sacrificado tanto de si mesmos em favor de mim.

Agradeço a meu irmão, de quem colhi o desejo de cursar Direito, por todo exemplo, dedicação, paciência e apoio, sem o qual não atingiria esta meta.

Agradeço a todos os meus parentes cuja torcida me impulsiona e me alegra o caminho árduo.

Agradeço aos colegas de sala, com os quais partilhei o início de minha jornada jurídica e, sobretudo, à amiga Tatiane Ferrari Caversan, pelo apoio e pelas exatas palavras de ânimo ao longo deste trabalho e do Curso, bem como pelo auxílio prestado na realização da monografia.

Agradeço a Amanda Bedin Dias, pela inesquecível convivência ao longo do estágio no Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, por sua amizade sincera, bem ainda pela preocupação e auxílio na coleta de materiais de pesquisa.

Agradeço a meu orientador Silas Silva Santos, primeiramente, por sua competência ao lecionar, despertando-me o interesse pela disciplina de Processo Civil, abordada no presente trabalho, e, em segundo, por sua ética e respeito à individualidade de minhas idéias, no decorrer da orientação, e pela indispensável colaboração no desenvolvimento desta monografia.

Agradeço ao Dr. Jefferson Fernandes Negri, por ter gentilmente aceito examinar este trabalho de conclusão de curso, e sobretudo pela paciência dedicada a mim, bem como pelos ensinamentos prestados durante o período em que estagiei sob sua supervisão no Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, local em que me encantei pela advocacia e pelo Direito de Família.

## RESUMO

O presente trabalho visa traçar os aspectos da relativização da coisa julgada material no âmbito das ações de investigação de paternidade. Em outras palavras, versa sobre o confronto entre a dignidade da pessoa humana, de um lado, refletida no direito à definição do estado filial o que, em última análise, serve à justiça das decisões e, de outro ângulo, a autoridade da coisa julgada, representante do ideal de segurança jurídica e estabilidade das relações. A fim de desenvolver um estudo sistemático da questão e justificar, adequadamente, a necessidade de mitigação do tradicional instituto da *res judicata*, inicia-se a pesquisa frisando a alocação do direito ao reconhecimento da paternidade dentre os direitos da personalidade, cujo respeito é imprescindível para o resguardo da dignidade humana. Em segundo momento, reforça-se a relevância do direito filial, ressaltando a evolução no tratamento da filiação, que foi inserida na Constituição Federal, de 1988. Apontam-se as atuais perspectivas do reconhecimento da paternidade, que indicam a preocupação com o enquadramento do indivíduo em um ambiente familiar, destacando-se, sobretudo, o reconhecimento promovido por meio da ação de investigação de paternidade que, modernamente, dota o juiz de importante mecanismo de identificação da paternidade biológica. Neste ponto, examina-se, com maiores detalhes, a técnica do exame do DNA (ácido desoxirribonucléico), a fim de demonstrar a credibilidade e valor desta perícia, comentando, também, as mazelas na realização do teste no Brasil, mas, ao mesmo tempo, fixa-se, tal prova, como a mais importante, atualmente, nas investigações de paternidade. Em seguida, analisa-se o instituto da coisa julgada material nos moldes como ele, atualmente, está disciplinado, em seus contornos tradicionais. Mais adiante, estuda-se a mitigação da coisa julgada material, demonstrando as teses contrárias e favoráveis ao abrandamento, ressaltando a magnitude dos princípios no Direito moderno, bem como a maneira de solucionar os conflitos entre eles. Apresenta-se, então, as várias propostas de relativização de seus defensores. Por derradeiro, explana-se acerca do problema da mitigação da coisa julgada nos casos de recusa da pessoa que está sendo investigada se submeter ao exame do DNA (ácido desoxirribonucléico), à luz dos artigos 231 e 232 do Código Civil e comenta-se, neste contexto, a teoria do ato próprio. Em resumo, ao término da monografia, conclui-se que há a necessidade de relativização racional da coisa julgada, pelo balanceamento dos princípios constitucionais a ser realizada pelos juízes que irão apreciar a causa.

Palavras-chaves: Filiação. Investigação de paternidade. Coisa julgada. Relativização.

## ABSTRACT

This work aspires to delineate the aspects of the relativeness of the claim preclusion in the ambit of the lawsuit action of investigation of paternity. In other words, it examines the confrontation between, on one side, the human being's dignity, that is reflected in the right of definition of the branch status, which, in last analysis, serves to the justice of decisions and, on the other side, the authority of the claim preclusion, which represents the ideal of the juridical safety and stability of relationships. In the order to develop a systematic study of the theme and to justify, by a suitable way, the necessity to soften the traditional institute of the *res judicata*, the research begins by emphasizing the position of the right to the recognition of paternity among the rights of personality, whose respect is indispensable to guard the human dignity. Next, it's become stronger the importance of the branch right, underlining the evolution about the treatment of the filiation, which was inserted in the Federal Constitution, in 1988. The actual perspectives of recognition of paternity are shown, and they indicate the care with the fitting of the individual inside a familiar environment, standing out, above all, the recognition, which is reached by the lawsuit action of investigation of paternity that, nowadays, gives to the judge a important mechanism to identify the biological paternity. At this point, it's examined, with more details, the technique of the DNA (deoxyribonucleic Acid) examination in order to demonstrate credibility and value of this expertise, commenting, also, the blemishes in the realization of this test in Brazil, but, at same time, it's fixed this proof like the most important, recently, in the investigations of paternity. Then, it's analyzed the institute of the claim preclusion in the patterns how is, nowadays, disciplined, in your traditional profiles. Later on, it's studied the mitigation of the claim preclusion, demonstrating, thesis against and in behalf of the lessening of the claim preclusion, emphasizing the magnitude of the principles in the modern Law, as well the manner for resolving conflicts between themselves. So, it's show several suggestions of relativeness of your defenders. Finally, it's expounded regarding the trouble of the mitigation of the claim preclusion, in the cases of refuse of the person who is being investigated to submit himself for the DNA (deoxyribonucleic acid) exam, in view of the articles 231 and 232 of the Civil Code and it's commented, in this context, the theory of self act. In short, in the ending of the monograph, it follows that, there is the necessity of a rational relativeness of the claim preclusion trough the counterbalancing, of the constitutionals principles, which needs to be done by the judges who will appreciate the lawsuit.

Keywords: Filiation. Investigation of paternity. Claim preclusion. Relativeness;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 FILIAÇÃO COMO DIREITO DA PERSONALIDADE</b> .....	11
1.1 Conceito de filiação .....	11
1.2 Direitos da personalidade .....	14
1.2.1 Conceito .....	14
1.2.2 Natureza jurídica .....	17
1.2.3 Características .....	23
1.2.4 Classificação .....	25
1.2.5 Evolução .....	28
1.3 Direito à filiação e o direito da personalidade .....	36
1.3.1 Direito ao estado de filho e a verdade biológica: considerações .....	36
1.3.2 Direito à filiação como reflexo do direito ao nome e à identidade .....	43
1.3.3 O direito à filiação como direito da personalidade decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana .....	47
<b>2 RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE</b> .....	54
2.1 Classificação da filiação .....	54
2.2 <i>Pater is est</i> .....	57
2.3 Evolução histórica .....	64
2.3.1 O período pré Constituição de 1988 .....	64
2.3.1.1 Ordenações Filipinas .....	65
2.3.1.2 Código Civil de 1916 .....	66
2.3.1.3 Constituição Federal de 1937 .....	68
2.3.1.4 Decreto-Lei 4.737 de 24.09.1942 .....	69
2.3.1.5 Lei 883 de 21.10.1949 .....	70
2.3.1.6 Lei 6.515 de 26.12.1977 .....	71
2.3.2 A Constituição Federal de 1988 .....	72
2.3.3 O período pós Constituição de 1988 .....	76
2.4 Reconhecimento .....	78
2.4.1 Conceito .....	78
2.4.2 Espécies .....	79
2.5 Investigação de paternidade .....	87
2.5.1 Conceito .....	87
2.5.2 Natureza jurídica .....	87
2.5.3 Legitimidade ativa .....	90
2.5.4 Legitimidade passiva .....	93
2.5.5 Interesse de agir .....	93
2.5.6 Possibilidade jurídica .....	94
2.5.7 Provas .....	97
2.6 DNA .....	103
<b>3 COISA JULGADA</b> .....	114
3.1 Natureza jurídica e conceito .....	114
3.2 Fundamento .....	119



3.3 Espécies.....	122
3.4 Atos do Juiz e coisa julgada.....	125
3.5 Limites objetivos.....	132
3.6 Limites subjetivos.....	137
3.7 Efeitos da coisa julgada .....	145

<b>4 RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE .....</b>	<b>152</b>
4.1 Concepção tradicional.....	152
4.1.1 Ação rescisória.....	153
4.2 Princípios .....	160
4.2.1 Teoria dos princípios.....	160
4.2.2 Princípios e regras .....	163
4.2.3 Colisão de normas .....	164
4.3 Atual concepção da relativização.....	167
4.3.1 Conservadores.....	168
4.3.2 Adeptos .....	171
4.4 A relativização na investigação de paternidade .....	176
4.4.1 Princípios em conflito .....	176
4.4.2 Decisão de mérito antes do advento do exame do DNA.....	180
4.4.3 Decisões de mérito, sem perícia, após advento do exame do DNA .....	181
4.4.4 Propostas de solução.....	182
4.5 Ações julgadas procedentes: ausência de coisa julgada .....	190
4.6 Recusa em submeter-se à perícia médica .....	192
4.7 Teoria do ato próprio.....	195

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>201</b>
------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>208</b>
--	------------